

Estudo Técnico Preliminar 24/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08361.002707/2024-49

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e de assistência técnica, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos insumos e substituição de peças, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos elevadores da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá (SR/PF/AP).

Sendo assim, a contratação tem como objeto assegurar a necessária continuidade no atendimento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, obedecendo às exigências técnicas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e padrões estabelecidos pelo fabricante do equipamento, oferecendo aos servidores e aos usuários em geral um ambiente agradável, confortável e seguro.

A execução da correta manutenção dos elevadores é imprescindível ao bom andamento dos trabalhos da Superintendência Regional de Polícia Federal no Amapá, bem como a fim de evitar transtornos que a interrupção desses equipamentos causariam a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços.

A necessidade da contratação visa atender um serviço continuado, de completa manutenção dos elevadores instalados na Sede da SR/PF/AP. Além disso, a contratação tem como objetivo manter os equipamentos em condições próprias para sua finalidade e garantir a segurança dos usuários, considerando ainda, que há necessidade de pessoal técnico especializado para realização de resgate dos usuários dos equipamentos em caso de interrupção de energia elétrica ou outras potenciais falhas de funcionamento.

Estes equipamentos devem ser inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, além de atender a legislações vigentes, mantendo um adequado padrão operacional e preservando a mobilidade interna na sede do órgão e, especialmente, a segurança de todos os usuários. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados.

A contratação de serviços continuados de manutenção preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças, para os elevadores é justificada pela necessidade de manter o funcionamento regular desses equipamentos dentro dos padrões estabelecidos pelo fabricante.

Considerando essas premissas, é essencial que esses serviços sejam realizados por pessoal técnico especializado, nos diversos níveis específicos para cada serviço, garantindo o cumprimento das legislações vigentes, assegurando segurança e acessibilidade, preservando o patrimônio público.

Considerando que a Polícia Federal não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos e também que tais atividades não constituem objeto da instituição, justifica-se a contratação da prestação dos serviços visando à execução das atividades de manutenção – preventiva, corretiva e preditiva de forma ininterrupta e continuada, com disponibilidade de serviços de plantão, emergenciais e eventuais, prezando pela economicidade dos investimentos, a segurança e conforto dos usuários, das instalações, dos sistemas e dos equipamentos, consoante o Decreto nº 9507/ 2018 e Instrução Normativa n.º 05/2017-MPOG.

Diante do exposto justifica-se a necessidade da demanda apresentada, mostrando-se indispensável a contratação de empresa especializada para realizar serviço de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores da SR/PF/AP para promover a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, garantir o cumprimento das legislações previstas, assegurar a integridade física e a segurança dos passageiros, e evitar possíveis danos e prejuízos ao bem público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SR/PF/AP	Sérgio Clodoaldo Santos Ferreira
GTED/SR/PF/AP	João Victor Melo Coutinho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

Como requisitos *lato sensu*, a contratação deve contemplar o seguinte:

Observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso concreto;

Estrito cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto da fase interna quanto da fase externa da licitação;

Dimensionar corretamente a quantidade do serviço a ser contratado e o valor estimado da contratação a fim de que a solução possua maior eficiência com menor dispêndio de recurso possível;

Célere instrução do processo de modo a evitar solução de continuidade na prestação dos serviços.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

A empresa deverá atender aos critérios de qualificação econômica, às exigências jurídicas e de regularidade fiscal e trabalhista, conforme disciplinado no edital.

A empresa deve estar devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

Os requisitos da contratação em sentido estrito estarão devidamente enumerados no Edital da licitação, no Termo de Referência e demais anexos.

Ademais, a contratada deve possuir experiência comprovada por meio de atestados técnicos. As condições, quantidades e exigências estabelecidas neste ETP e no correspondente Termo de Referência.

5. Natureza do Serviço

Trata-se de serviço comum de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, que visa ao atendimento das necessidades da SR/PF/AP, de forma contínua e por mais de um exercício financeiro, para a manutenção plena, completa e adequada dos 02 (dois) elevadores da marca OTIS, modelo: A-GNC-0810-9A-MD, CAPACIDADE: 630 KG instalados no seu edifício sede.

A realização continuada dos serviços, com suporte 24h por dia, 7 dias por semana, representa segurança à utilização dos equipamentos, e assim, ao funcionamento das atividades finalísticas da SR/PF/AP, cuja interrupção poderia comprometer a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Diante do exposto e sem prejuízo à continuidade das atividades, justifica-se a necessidade da execução contínua dos serviços.

6. Levantamento de Mercado

Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviço terceirizado(s) dado que as atividades que se visa contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

O contrato objeto do presente estudo foi dimensionado para ser executado nessa linha de atuação supra e, baseou-se principalmente nos Editais e Contratos praticados atualmente na Administração Pública.

Enquadramento do bem e serviço a ser contratado como serviço comum.

Os padrões de desempenho e qualidade dos serviços a serem contratados podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado e enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Definida essa linha de atuação, passou-se a etapa de levantamento de preços referenciais. Em observância ao disposto na IN n.º 05/2017 e suas alterações, foi utilizado o seguinte meio de precificação dos serviços:

Painel de preços (<https://paineldepocos.planejamento.gov.br/>).

A partir dos referidos trabalhos, procedeu-se à Análise Crítica de Preços no documento Lici. Mapa Comparativo de Preços (37221314) que explicitou os critérios adotados e as conclusões obtidas a partir dos estudos feitos. No referido documento - Lici. Mapa Comparativo de Preços (37221314), clarificou-se que a pesquisa no Painel de Preços obteve o resultado de que os preços medianos para a contratação, semelhantes à ora tratada, estão em ordem de grandeza condizente com os preços praticados no mercado.

Dessa forma, justifica-se a utilização dos valores consignados no Lici. Mapa Comparativo de Preços (37221314), com base na pesquisa feita por meio do Painel de Preços, uma vez que se mostraram precisamente condizentes com a realidade da licitação ora em planejamento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Prestação de serviço de manutenção preditiva, preventiva e corretiva conforme consta no Termo de referência, abrangendo mão de obra e fornecimento total de peças, ferramentas e materiais; desempenhando todas as atividades previstas e necessárias para que os elevadores se mantenham em funcionamento eficiente e seguro, para os seguintes equipamentos :

Elevador Social

Quantidade: Duas unidades

Fabricante: OTIS ; Modelo: A-GNC-0810-9A-MD

Capacidade: 630kg (8 pessoas)

Número de paradas: 3 (T,1 e 2)

Percurso Total: 7,92 m

Localização da prestação do serviço: Macapá/AP

Para os efeitos da execução dos serviços serão adotadas as seguintes definições:

MANUTENÇÃO: Conjunto de atividades desenvolvidas com a finalidade de manter os elevadores em condições ideais de funcionamento, efetuando, para tanto, manutenções preventivas e corretivas.

MANUTENÇÃO PREDITIVA: conjunto de técnicas que utiliza ferramentas de monitoramento e análise de dados para identificar potenciais falhas em equipamentos ainda em estágios iniciais

MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Sistemática regular de revisões para proporcionar boas condições de funcionamento dos elevadores. Também consiste na prevenção de defeitos que possam resultar na sua paralisação ou em danos aos seus componentes e peças.

MANUTENÇÃO CORRETIVA: Conjunto de atividades que visa tornar operacional o elevador, ocasionalmente desativado ou com funcionamento precário, em decorrência de defeitos.

Todos os serviços relativos ao presente documento consistem em manutenção preventiva, preditiva e corretiva. Entende-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais nos elevadores, que resultem, respectivamente, na manutenção do estado de uso ou de operação, e na recuperação do estado de uso ou de operação, para que os equipamentos e seus componentes constantes no objeto deste documento sejam garantidos. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada dos equipamentos, além da substituição de qualquer peça do equipamento que esteja quebrada ou com desgaste excessivo.

OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO:

A **manutenção corretiva** será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos elevadores da PF, ou quando requerida pela FISCALIZAÇÃO, mediante abertura de chamado à empresa contratada, dentro dos seguintes limites:

Em caso de elevador parado, passageiros presos na cabine ou acidentes, o atendimento das solicitações da CONTRATANTE deverá ter início em até **1 (uma) hora** após a abertura do chamado. A CONTRATADA deve estar preparada para resposta e solução destes eventos, que poderão ocorrer todos os dias da semana, 24h por dia

O técnico responsável pelo resgate de passageiros presos deverá ter treinamento específico para realização de tal tarefa.

A Contratada disponibilizará um telefone para emergências 24 horas por dia, 7 dias por semana para atender às solicitações de caráter urgente, assim entendidas as de aprisionamento de passageiros nos elevadores;

Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser de **2 (duas) horas**, contadas a partir da abertura do chamado.

Se para atender a alguma solicitação de manutenção corretiva forem necessários mais funcionários do que a quantidade de postos de trabalho alocados na CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar o comparecimento do quantitativo adicional necessário apenas para atendimento daquele chamado, sem ônus para a CONTRATANTE e de acordo com os prazos definidos para atendimento das solicitações.

A empresa deverá programar a **manutenção preventiva** em horário comercial (dias úteis, das 08:00 às 17:00 h), manter um telefone para solicitação de serviços não programados e ainda um telefone de plantão para emergências 24 horas. Consideram-se como emergência casos em que houver acidentes ou passageiro preso no interior da cabine do elevador.

Os serviços devem englobar limpeza, regulagem, inspeções, ajustes e lubrificação dos equipamentos, testes, bem como todos os serviços necessários ao bom funcionamento de todas as máquinas, motores, equipamentos elétricos, eletrônicos, mecânicos e hidráulicos e demais componentes dos elevadores.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 71.800,00

O valor estimado global da contratação anual é de **R\$71.800,00 (setenta e um mil e oitocentos reais)**;

Os valores orçados para os serviços e que servem de base para o valor de referência da Contratação encontram-se em Anexo específico do processo.

9. Descrição da solução como um todo

A contratação de empresa terceirizada para a manutenções preditiva, preventiva e corretiva de equipamentos complexos, tais como os elevadores, permite uma economia financeira, pois a adição de um posto de trabalho em tempo integral de um profissional para manter tais equipamentos, no caso, Técnico em mecânica e/ou Engenheiro Mecânico, se torna mais dispendioso, pelos custos trabalhistas, do que a subcontratação de uma empresa especializada que conta com tais profissionais.

O serviço é classificado como comum e será prestado com a finalidade de realizar manutenção corretiva, preventiva e emergencial em dois elevadores da marca OTIS Modelo: A-GNC-0810-9A-MD, com fornecimento total de reposição de peças e componentes seguindo todos os critérios dispostos neste estudo.

O serviço a ser prestado é continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, isto é, não poderá haver interrupção nos serviços de manutenção durante a vigência contratual.

A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da legislação vigente.

A CONTRATADA deverá realizar as manutenções preditivas e preventivas segundo planejamento definido com base no plano de manutenção definido no Termo de Referência, fornecendo os insumos necessários e a mão de obra relacionada, bem como os EPIs e as ferramentas necessários na realização dos serviços.

Os serviços devem ser realizados por técnicos comprovadamente qualificados para a sua execução, utilizando-se ferramentas, EPIs e equipamentos compatíveis com o tipo de aplicação, apresentando-se em perfeito estado de conservação e, quando aplicável, devidamente calibrados segundo padrões técnicos recomendados pelo fabricante.

A CONTRATADA deverá executar os serviços de manutenção preventiva e preditiva respeitando o horário normal de expediente da SR/PF/AP, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 17h00, conforme detalhado no Termo de Referência.

Fora deste horário, apenas quando se tratar da prestação de serviço de manutenções corretivas solicitadas pelo CONTRATANTE para o reparo emergencial de equipamentos que estejam parados e que sejam essenciais e indispensáveis para o funcionamento da unidade ou que apresentem riscos de acidentes.

A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, os insumos, os materiais, as peças, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução e a conclusão dos serviços, sejam eles definitivos ou temporários.

Os custos relativos a esses insumos deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários dos serviços mensais.

Os serviços objeto deste documento serão executados por equipe disponibilizada pela CONTRATADA devendo esta obrigatoriamente obedecer aos requisitos de formação profissional exigidos na contratação.

Por meio dos Chamados de Manutenção Corretiva e/ou de Emergência, realizados pela CONTRATANTE, serão efetuados os atendimentos das manutenções corretivas, restabelecimento do funcionamento de elevadores inoperantes, atendimentos a situações que comprometam a segurança dos usuários, com destaque ao resgate de passageiro(s) preso(s) no(s) elevador(es).

Para a abertura dos Chamados Corretivos e de Emergência, a CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de abertura de chamados via telefone, com funcionamento de 24 (vinte e quatro) horas por dia e deverão respeitar os prazos máximos de atendimento previstos no Termo de Referência. O contato telefônico deverá estar disponível por número local, 0800 ou ligação a cobrar.

O contrato deverá contemplar a obrigação da contratada de treinar os servidores e os terceirizados da SR/PF/AP envolvidos com a manutenção e operação dos elevadores, no que tange às necessidades básicas de manutenção, segurança e operação.

Ao final da vigência do contrato, a futura contratada deverá atender eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

Considerando as dificuldades enfrentadas pela SR/PF/AP para prever e adquirir todas as peças e componentes de reposição, além dos materiais de uso imediato para a realização dos serviços de manutenção, torna-se indispensável contemplar na contratação o fornecimento de peças pela CONTRATADA, sempre que necessário e solicitado pela CONTRATANTE. Ademais, existem peças que só serão utilizadas eventualmente, sem condições de se prever seu uso ou aplicação, e, dessa forma, a aquisição antecipada dessas peças poderá resultar em prejuízos para a Administração, haja vista que, além dos custos com a compra e os recursos dispensados com o armazenamento e conservação, podem nunca vir a ser utilizadas, dada a descontinuidade de equipamentos antigos e ineficientes. Dessa forma, o fornecimento dessas peças pela CONTRATADA apenas no momento da sua real necessidade e utilização imediata, terá um custo-benefício justo e compatível com os interesses da Polícia Federal.

Com relação à substituição de peças não previstas na contratação, é importante observar alguns Princípios Explícitos e Implícitos da Administração Pública, tais como: Eficiência, Economicidade, Razoabilidade, Continuidade e Proporcionalidade.

Portanto, justifica-se que a aquisição seja feita de acordo com a necessidade das correções a serem realizadas, apontadas pelas medições e coletas de dados obtidas nas manutenções preditivas, uma vez que se trata de demandas de natureza excepcional, não havendo previsibilidade orçamentária para as mesmas. Ademais, a aquisição dessas peças por meio de demanda resultará em economia para a Administração, uma vez que o apoio técnico a essas substituições será dado pela equipe contratada.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto.

O art. 47, inciso II, da nº Lei 14.133, dispõe que as licitações de serviços atenderão aos princípios: II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Via de regra, a Administração deverá proceder ao parcelamento do objeto, sempre que a natureza da obra, serviço ou compra for divisível e configure-se técnica e economicamente viável, ou seja, desde que não exista prejuízo financeiro ou técnico ao conjunto licitado, conforme Súmula nº 247 do TCU.

O parcelamento de serviços em geral previsto no supracitado artigo da Nova Lei de Licitações refere-se a uma análise da divisibilidade do objeto, a ser adotada quando se identificar o potencial aumento da competitividade, sem prejuízo aos aspectos técnicos e preservada a economia de escala.

No caso em tela, o parcelamento do objeto (prestação de serviço e fornecimento de peças) se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia dos serviços de manutenção. Portanto para a unicidade do objeto, ou seja; para a perfeita execução da manutenção dos elevadores, fica impraticável o parcelamento do objeto.

O levantamento das atividades a serem realizadas indica que se tratam de serviços comuns, que poderão ser realizados por uma única empresa, gerando economia e maior segurança para a execução dos trabalhos.

Portanto, com relação à Lei 14.1333 / 2021 e à Súmula 247 – TCU, optou-se pelo **não parcelamento da licitação**, pois a existência de diferentes empresas realizando serviços assemelhados, subsequentes e complementares torna o contrato técnica, econômica e administrativamente desfavorável à Administração. O parcelamento poderá ocasionar prejuízo para o conjunto da solução e perda de economia de escala.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há nenhuma contratação correlata à Manutenção de Elevadores ou que com ela guarde interdependência.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

É essencial sua contratação, devido aos quesitos abaixo:

Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas;

Realizar a manutenção dos edifício e instalações, em especial prevenindo a ocorrência de danos e a solução de continuidade dos serviços essenciais de atribuição do órgão;

Sistematizar e implementar processos, procedimentos, técnicas e metodologias para manter ativa toda a parte logística, garantindo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal.

Além disso, o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000031/2024

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 121

IV) Classe/Grupo: 839

V) Identificador da Futura Contratação: nº 90022/2023 (UASG nº 200402)

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como já foi explicitado neste estudo, o benefício que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o conforto ambiental e a mobilidade do público interno e externo mediante o tráfego contínuo necessário ao bom andamento dos serviços.

Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa na diminuição do absenteísmo e no aumento da produtividade, dois fatores intrínsecos às pessoas que ocupam os edifícios públicos. Além disso, concorre também para a gestão inteligente e eficiente dos sistemas e equipamentos objeto do presente estudo, otimizando o consumo de energia e diminuindo a necessidade de intervenções não planejadas, que estatisticamente são mais onerosas, tanto do ponto de vista econômico, como de disponibilidade dos sistemas.

Desta feita, fica evidentemente claro que os benefícios oriundos da contratação se justificam, tanto do ponto de vista gerencial, quanto dos aspectos administrativo e financeiro, conforme a solução apontada neste documento.

14. Providências a serem Adotadas

Nenhuma providência a mais.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Este Estudo Técnico Preliminar observará as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pelo recolhimento e descarte do material.

Os produtos utilizados na manutenção deverão estar de acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, prevendo, no que se aplicar:

Que os bens de consumo sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Que os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDES).

Que sejam utilizados produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

Que sejam adotadas medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003.

Que seja observada a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento.

Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundação, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro 2006.

Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008.

Conforme prevê o art. 33 da lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010), ficam obrigados os fabricantes, importadores, distribuidores comerciantes a estruturar e implementar sistemas de Logística Reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Observar o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, o qual prevê que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno de produtos e embalagens após o uso pelo consumidor.

A empresa deverá apresentar declaração de que se responsabilizará, sem nenhum custo para a SR/PF/AP, pela aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental dispostos acima, conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro 2010.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 58/2022, e em observância ao modelo de ETP disponível no sítio compras.gov.br, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

Além disso, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis, os riscos envolvidos são administráveis.

Sendo assim, esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/10/2024 às 16:31:39.

JOAO VICTOR MELO COUTINHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 18/10/2024 às 16:51:43.